



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026
PAE nº E-2026/3048403

Este **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** torna pública a realização da **DISPENSA ELETRÔNICA** para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de **sistema informatizado de gestão do Programa TFD**, abrangendo os municípios de São Francisco do Pará, Magalhães Barata, Terra Alta, São João da Ponta e Inhangapi, incluindo licença de uso, hospedagem online, suporte técnico contínuo e atualizações.

CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ | SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA – 3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
CNPJ nº 05.054.929/0001-17

A dispensa eletrônica será realizada em sessão pública, conduzida por um agente de contratação, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, a ser realizada no dia 014 de julho de 2026, às 09:00h (horário de Brasília), na plataforma do site:

<http://web.banparanet.com.br/cotacao/default.aspx>

Lei Federal nº 14.133/21.

Decreto Estadual nº 2.787/22

LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

O QUE SERÁ CONTRATADO?

	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário de Referência	Total
Item 1	<p>Sistema informatizado de gestão do Programa TFD (Tratamento Fora de Domicílio).</p> <p>Inclui: licença de uso, hospedagem online, suporte técnico contínuo e atualizações.</p> <p>Funcionalidades principais: cadastro de pacientes e acompanhantes, controle de viagens e protocolos, relatórios avançados, gestão de cidades e custos, segurança da informação</p>	24259-4	UND	12meses	R\$	R\$
					VALOR ESTIMADO GLOBAL	R\$ XXX

ADVERTÊNCIA

O proponente é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da dispensa eletrônica.

A falsidade do documento apresentado ou de seu conteúdo implicará na desclassificação do seu proponente. Caso ele tenha sido o vencedor, o fato será punido com a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

As normas relativas a esta disputa eletrônica serão interpretadas em favor da ampliação da competição entre proponentes, desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.

**CONFLITOS
INTERPRETATI-
VOS
E OMISSÕES**

Respeitar o prazo de 2 horas para a apresentação da proposta e demais documentações de Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal – prorrogável por mais 2 horas, mediante manifestação fundamentada pelo fornecedor. EMAIL: compras.3crs@hotmail.com, para enviar as certidões e proposta da empresa vencedora do certame para análise.

O pagamento será realizado em C/C do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ em conformidade ao Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008. Será considerada data do pagamento o dia em constar como emitida a ordem bancária para pagamento

Os casos não previstos neste Aviso serão decididos pelo agente de contratação.

**DIVULGAÇÃO
DOS RESULTA-
DOS**

O vencedor, a classificação dos lances e demais informações desta cotação eletrônica constarão em ata divulgada no *Portal Compras Pará* e no *Portal Nacional de Compras Públicas*.

Cidade (PA), 6 de julho de 2026.

(Assinatura eletronicamente)

DAYVYD WILLIAM BARRA PINHEIRO

DIRETOR DO/3º CRS/SESPA

Matricula 5936646/4

(Assinatura eletronicamente)

RUBENITA DO SOCORRO SANTOS DE SOUZA

Coordenadora da Dispensa Eletrônica

Matricula 5168392/2



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA DE SERVIÇOS

PAE nº 2026/3048403

Contratação de empresa especializada para fornecimento de **sistema informatizado de gestão do Programa TFD**, abrangendo os municípios de São Francisco do Pará, Magalhães Barata, Terra Alta, São João da Ponta e Inhangapi, incluindo licença de uso, hospedagem online, suporte técnico contínuo e atualizações.

Justificativa

A contratação é necessária para:

- Modernizar e padronizar os processos do Programa TFD.
- Garantir agilidade, segurança da informação e eficiência administrativa.
- Monitorar a execução orçamentária e os pagamentos de ajuda de custo aos pacientes cadastrados.
- Superar as limitações do processo manual, que gera lentidão e inconsistências.

Fundamentação Legal

A contratação será regida pela **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como pela legislação correlata aplicável, incluindo normas estaduais e portarias da SEPLAD.

O QUE SERÁ CONTRATADO?

Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
01	<p>Sistema informatizado de gestão do Programa TFD (Tratamento Fora de Domicílio).</p> <p>Inclui: licença de uso, hospedagem online, suporte técnico contínuo e atualizações.</p> <p>Funcionalidades principais: cadastro de pacientes e acompanhantes, controle de viagens e protocolos, relatórios avançados, gestão de cidades e custos, segurança da informação</p>	24259-4	UND	12 meses	R\$ 3.875,21	R\$ 46.502,52



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

VALOR GLOBAL ESTIMADO**

R\$ 46.502,52

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*

A solução será dividida em itens, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, de modo a permitir melhor organização da contratação e adequação às necessidades do Programa TFD. A divisão em lotes não compromete a economicidade nem a eficiência da contratação, sendo tecnicamente viável e juridicamente adequada, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O parcelamento visa assegurar maior clareza na execução contratual e facilitar o acompanhamento da prestação dos serviços, sem prejuízo da integralidade do objeto.”

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

O motivo principal da contratação, conforme descrito no **Estudo Técnico Preliminar**, é a **necessidade de modernizar e padronizar os processos do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD)** nos municípios atendidos.

Atualmente, os procedimentos são realizados de forma **manual**, o que gera lentidão, risco de inconsistências e falta de transparência. O sistema informatizado permitirá:

QUAL O MOTIVO DA
CONTRATAÇÃO?

- **Agilidade administrativa:** automatizando cadastros, viagens e protocolos.
- **Segurança da informação:** com controle de acessos, histórico de ações e backups automáticos.
- **Transparência e controle:** melhor acompanhamento orçamentário e dos pagamentos de ajuda de custo.
- **Eficiência na gestão pública:** redução de falhas administrativas e padronização dos processos entre os municípios.

NATUREZA DO BEM

Serviço Comum de natureza continuada

PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

HAVERÁ PROVA DE
QUALIDADE? Sim. **Justificativa:**
 Não.

O EDITAL EXIGIRÁ
AMOSTRA? Sim. **Justificativa:** (A exigência de amostra deve ser justificada).
 Não.

HAVERÁ GARANTIA
DO BEM? Sim, Prazo da Garantia de 12 (doze) meses. “Serão serviços continuados, especializados em manutenção preventiva e corretiva.”



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

Não.

**HAVERÁ
ASSISTÊNCIA
TÉCNICA?**

Sim. **Justificativa:** Conforme o **Estudo Técnico Preliminar**, está previsto que o sistema informatizado de gestão do Programa TFD terá **garantia de 12 meses**, cobrindo o funcionamento seguro e eficiente da solução. Além disso, o contrato inclui:

- **Assistência técnica:** para assegurar que o sistema opere em conformidade com as normas legais e administrativas.
- **Manutenção preventiva e corretiva:** serviços continuados para evitar falhas e corrigir eventuais problemas.
- **Suporte técnico contínuo:** incluso no valor contratado, garantindo atualizações e acompanhamento.

Não será prestada assistência técnica em relação aos itens.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

**FORMA DE
CONTRATAÇÃO**

Inexigibilidade de licitação.

Dispensa de licitação em razão do **valor***, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.

Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.

Pregão Eletrônico.

**CRITÉRIO DE
JULGAMENTO**

Menor preço.

Maior desconto.

**O ORÇAMENTO
ESTIMADO É
SIGILOSO?**

Sim. **Justificativa:** *(Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).*

Não.

**CRITÉRIO PARA A
PROPOSTA SER ACEITA**

A proposta será aceita desde que:

- Atenda integralmente às **especificações técnicas** descritas neste Termo de Referência.
- Comprove a **exclusividade da solução** por meio de documentação idônea (declaração de exclusividade ou similar).



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

- Inclua todos os serviços previstos: licença de uso, hospedagem online, suporte técnico contínuo, manutenção preventiva e corretiva, atualizações e assistência técnica.

Sim. **Indicar os itens: 01**

Não.

HÁ ITENS COM
PARTICIPAÇÃO
EXCLUSIVA PARA
MICROEMPRESAS E
EMPRESA DE
PEQUENO PORTE?

REQUISITOS DA CONTRATADA

Habilitação Técnica

“Para a contratação objeto deste Termo de Referência, será exigida a **habilitação técnica da empresa contratada**, mediante apresentação de documentação comprobatória que assegure sua capacidade de execução, nos termos da Lei nº 14.133/2021. A empresa deverá apresentar:

SERÁ EXIGIDA
HABILITAÇÃO
TÉCNICA?

Sim.

Qual?

- **Declaração de exclusividade** da solução ofertada, emitida por entidade idônea, comprovando a inviabilidade de competição;
- **Atestados de capacidade técnica** que demonstrem experiência prévia em fornecimento de sistemas informatizados de gestão pública, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto ora contratado;
- **Comprovação de suporte e manutenção contínua**, incluindo assistência técnica, atualizações e serviços preventivos/corretivos durante toda a vigência contratual;
- **Equipe técnica qualificada**, devidamente registrada e habilitada, para assegurar a plena execução do contrato e a continuidade dos serviços.”



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

Por quê? A exigência de habilitação técnica é essencial para garantir que apenas empresas **tecnicamente capacitadas e legalmente autorizadas** possam participar da contratação, reduzindo riscos para a instituição.

Não.

**QUALIFICAÇÕES
TÉCNICAS EXIGIDAS**

Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.

Justificativa: *Promover a compreensão mútua, reduzir ambiguidades, estabelecer responsabilidades claras e criar uma base sólida para o sucesso da execução do contrato. Essa prática contribui para a eficácia e transparência nas relações contratuais.*

Registro na entidade profissional competente.

Justificativa:

Outro previsto em lei especial.

Especificar: *(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).*

Justificativa: *(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).*

Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.

Especificar: PORTARIA Nº0136/2023 –GABS/SEPLAD, 28 DE ABRIL DE 2023 que dispõe sobre o Plano Sustentável de Compras Públicas de 2023, dos Bens e Serviços Comuns da Administração Pública Estadual.

A contratada deverá atender às diretrizes da Portaria nº 0136/2023 – SE-PLAD, observando os seguintes requisitos:

**HÁ CRITÉRIO DE
SUSTENTABILIDADE?**

Sim.

- **Computação em nuvem sustentável:** comprovar que os serviços de hospedagem são realizados em datacenters com certificações de eficiência energética e gestão ambiental (ex.: ISO 14001, ISO 50001 ou equivalentes).
- **Eficiência energética:** garantir que a infraestrutura utilizada adote práticas de redução de consumo de energia e compensação de emissões de carbono.
- **Digitalização de processos:** disponibilizar relatórios e comunicações preferencialmente em meio eletrônico, evitando o uso de papel.
- **Responsabilidade social:** comprovar práticas de inclusão, diversidade e respeito às normas trabalhistas vigentes.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

- **Plano de sustentabilidade do fornecedor:** apresentar declaração ou relatório interno que demonstre políticas de sustentabilidade adotadas pela empresa.

Não.

HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?

Sim.

Especificar: *(Somente é possível definir os riscos se a análise de risco tiver sido realizada. Nessa hipótese, os riscos devem ser especificados neste campo).*

Não.

FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Como o SERVIÇO SERÁ PRESTADO

O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.

O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.

LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço deverá ser prestado no endereço do prédio do Almoxarifado do 3º CRS/SESPA, sito à Rua Major Wilson Santos, s/nº, bairro Nova Olinda, Castanhal – PA, CEP 68740-050, das 08h às 16h.

PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO

PRAZO DO

180 dias.

CONTRATO

12 meses.

HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?

Sim, de acordo do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, e cláusula de reajuste conforme IPCA.

Não.

FORMA DE PAGAMENTO

Meio Ordem bancária.

Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.

Qual o prazo? Até **30 (trinta)** dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

Prova da regularidade fiscal A regularidade fiscal pode ser provada:
1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

ou

2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?

5% do valor inicial do contrato.

Não há.

Justificativa: (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).

Justificativa: (A não exigência de garantia deve ser justificada).

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática:	1012212978338
	Plano Interno:	4110008338C
	Ptres:	908338
	Elemento de Despesa:	339039
	Fonte do Recurso:	01500100203000000

Castanhal (PA), 6 de julho de 2026.

(Assinatura eletronicamente)

Laura Rodrigues da Silva
Chefe da Divisão de Organização, Controle e Avaliação
DCA/3º CRS



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

MINUTA DE CONTRATO

Nº XXXX/AAAA

PAE nº 2026/3048403

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | 3º Centro Regional de Saúde Pública / Secretaria de Estado de Saúde Pública / SESPA, CNPJ nº 05.054.929/0001-17.

CONTRATADO

Nome da razão social da pessoa jurídica

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado de gestão do Programa TFD, abrangendo os municípios de São Francisco do Pará, Magalhães Barata, Terra Alta, São João da Ponta e Inhangapi, incluindo licença de uso, hospedagem online, suporte técnico contínuo e atualizações.



LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços devem ser realizados conforme as necessidades do 3º CRS/SESPA.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE



VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.

REAJUSTE

Índice IPCA INPC INCC IGPM

Período A cada xxx, a contar de (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).

VIGÊNCIA

Prazo **12 MESES**

Início **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

Fim **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).



CLÁUSULAS CONTRATUAIS



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

O Estado do Pará através do 3º **CRS/SESPA** (Código UASG 925856), CNPJ nº 05.054.929/0001-17, com Rua Major Wilson, s/n. Bairro Nova Olinda - Castanhal – Pará, neste ato representado pelo **Srº DAYVYD WILLIAM BARRA PINHEIRO, DIRETOR DO 3º CRS/SESPA**, nomeado pela PORTARIA Nº 2.574/2025-CCG, de 28 de novembro de 2025, publicada no DOE nº 36.450 de 01/12/2025.

CONTRATADO

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do Dispensa **Eletrônica nº07/2026**, constante no PAE nº 2026/3048403 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21. Decreto Estadual nº 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 Contratação de empresa para fornecimento de **sistema informatizado de gestão do Programa TFD**, abrangendo os municípios de São Francisco do Pará, Magalhães Barata, Terra Alta, São João da Ponta e Inhangapi, incluindo licença de uso, hospedagem online, suporte técnico contínuo e atualizações



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

, durante o exercício de 2026, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Descrição	Preço unit	Qtd	Total
1	<p>Sistema informatizado de gestão do Programa TFD (Tratamento Fora de Domicílio).</p> <p>Inclui: licença de uso, hospedagem online, suporte técnico contínuo e atualizações.</p> <p>Funcionalidades principais: cadastro de pacientes e acompanhantes, controle de viagens e protocolos, relatórios avançados, gestão de cidades e custos, segurança da informação.</p>	R\$xxx	12meses	R\$ xxxxxx
VALOR GLOBAL ESTIMADO**				R\$

CLÁUSULA 4

Local e hora da prestação do serviço

O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

(Os serviços devem ser realizados conforme as necessidades do 3º CRS/SESPA, **sito à Rua Major Wilson Santos, s/nº, Bairro Nova Olinda, Castanhal – PA, CEP 68742-190, das 08h às 16h**).

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2026**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/ SESPA
Fonte	01500100203-000000
Programa de Trabalho	1012212978338
Elemento de Despesa	339039
Plano Interno	4140008338C

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **IPCA**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de (data do orçamento estimado).



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco	Banpará.
Agência	XXXX-X.
Conta	XXXXXX-X.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1 Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

9.1 O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

9.2 A garantia corresponderá a **5%** (de acordo com o Termo de Referência) do valor atualizado do contrato.

9.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

Banco	Banpará.
Agência	XXXX-X.
Conta	XXXXXX-X.

9.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

9.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **5 dias úteis**, a contar de sua notificação.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

9.7 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

9.8 A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

9.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

9.10 A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **10 dias úteis** (conforme Termo de Referência), no mínimo.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a.** Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

- b.** Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostas pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c.** Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- d.** A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.
- e.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f.** Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.
- g.** No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- h.** Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- i.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4.** Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

- j.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- k.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- l.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- m.** Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- n.** Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- o.** Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- p.** Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- q.** Não permitir:
 - 1.** o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
 - 2.** a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- r.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

- s. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- t. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- u. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- v. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

Infração

Penalidade

a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

Advertência*

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de *“Impedimento de licitar e contratar”*.

b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c. Dar causa à inexecução total do contrato.

d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Impedimento de licitar e contratar*

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de *“Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”*.

g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

12.2 O atraso superior a **10 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa

Moratória

a. **0,5%** (zero virgula por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos**.

b. **5%** (zero virgula por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **15 dias corridos** (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

Compensatória

20% (inserir o percentual) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 (meses)**, com início em **dd/mm/aaaa** (inserir data) e término em **dd/mm/aaaa** (inserir data).

19.1.2 Não há previsão de possibilidade de prorrogação contratual

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

Cidade (PA), 6 de julho de 2026.

NOME DO TITULAR

Cargo
Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF
Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
Testemunha



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Proposta de preços referente a Dispensa Eletrônicaº 006/3ºCRS/SESPA/2026.

Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefone____, fax____, e-mail____Representante:

Item	DESCRIMINAÇÃO	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Especificação, marca, Fabricante e país procedente.			
VALOR TOTAL				
Valor por extenso				

Obs. O pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará somente será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, conforme Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008.

- a) Conta para pagamento: Banco: **Banpará (037)**, Ag: ____C/C
- b) Validade da Proposta 90 (noventa) dias;
- c) Declaramos que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação.
- d) Declaramos que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Edital de seus anexos.
- e) A garantia dos produtos é de:
- f) Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital.